

Notícias do dia 16 de dezembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Deputados aprovam texto-base da LDO para 2021

Brasília - Em sessão do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (16/12), por 444 votos a 10, o texto-base da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021. O texto estabelece como meta fiscal no próximo ano déficit primário de R\$ 247,1 bilhões. Neste momento, os deputados avaliam os destaques à proposta. Em seguida, a matéria segue para análise dos senadores.

Ontem (15), o governo federal modificou o texto, enviado ao Congresso em abril, para ampliar a meta do déficit, inicialmente prevista em R\$ 149,61 bilhões. A nova meta indica déficit de R\$ 247,1 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para 2021, sem considerar os juros da dívida pública.

Relatório

O relator, senador Irajá (PSD-TO), destacou como prioridade o programa de habitação popular Casa Verde Amarela. O senador, que incluiu a prorrogação da desoneração da folha de pagamento em 2021, informou que os congressistas apresentaram 2.200 emendas ao projeto.

"Alcançamos a prioridade para 2021, ao lado da agenda para a primeira infância e do Programa Casa Verde e Amarela, recentemente aprovado pelo Legislativo, com atenção especial aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes", afirmou.

Irajá também incluiu um dispositivo no texto para dar mais rapidez na execução das emendas parlamentares impositivas no Orçamento da União. O texto reduz de 90 para 45 dias o prazo para o Executivo publicar os procedimentos e o cronograma de execução das emendas individuais.

"Além disso, seguindo o que determina a Constituição Federal, majoramos a reserva para atendimento de emendas de bancada impositivas para 1% das receitas correntes líquidas. Implementamos, a exemplo das emendas individuais impositivas, o dispositivo de transferência especial, conhecido como fundo a fundo, em que o recurso sai direto da União para a conta do município, que, por sua vez, precisa prestar contas ao **Tribunal de Contas do Estado** e ao Tribunal de Contas da União", explicou o senador.

Polêmica

Durante toda a votação, deputados de várias correntes criticaram a votação da LDO diretamente no plenário do Congresso. Pelo trâmite regimental, a LDO deveria ter sido analisada primeiro na Comissão Mista de Orçamento (CMO), formada por deputados e senadores, e aprovada em plenário até 17 de julho. No entanto, a comissão não foi instalada em razão da pandemia de covid-19 e de disputas políticas. O atraso na votação gerou a obstrução das atividades parlamentares por várias sessões na Câmara.

O deputado Marcelo Ramos (PL-AM) afirmou que a votação direta em plenário é inconstitucional e cobrou a instalação da CMO antes do recesso parlamentar para análise da Lei Orçamentária (LOA), que vai detalhar os gastos orçamentários.

"O mais grave não é que o Congresso Nacional excepcione a regra constitucional para trazer a matéria direto ao Plenário. O mais grave é que isso seja feito sem o compromisso de instalar a CMO. Nós vamos votar a LDO hoje sem nenhum compromisso de que nós teremos CMO para analisar a lei orçamentária a partir de fevereiro do ano que vem", acrescentou o deputado. "Nós vamos analisar 2 mil emendas diretamente em plenário. Isso é uma brincadeira. Nós estamos artificializando e abrindo mão do papel do Parlamento na elaboração das peças orçamentárias do país."

Para o líder do Novo, deputado Paulo Ganime (RJ), abre-se precedente a um questionamento constitucional,

além de não se respeitar o prazo de três dias para análise do relatório. Trata-se de um flagrante descumprimento da Constituição. Nem é uma questão regimental, afirmou Gamine. A CMO não foi instalada por conta da pandemia, mas por uma briga de poder.

A deputada Soraya Santos (PL-RJ), que preside a sessão do Congresso, defendeu a votação ao afirmar que a LDO para 2021 não poderia deixar de ser votada. "Não podemos deixar de votar a LDO. Entendemos o registro da dificuldade de instalar a CMO, não só por questões de pandemia, como por disputa em outras comissões. Então, há dificuldade nesse sentido na CMO, assim como em outras comissões, neste ano excepcional que nós estamos vivendo. Nós vamos votar a LDO, pelo limite do prazo", argumentou.

Já o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) questionou a votação da LDO antes da apreciação de vetos presidenciais. Atualmente, há 22 vetos aguardando análise dos parlamentares. A Constituição prevê que, em sessões conjuntas do Congresso Nacional, a não deliberação de vetos presidenciais tranca a pauta. O que houve aqui hoje foi um atropelamento da Oposição e da possibilidade de fazermos o jogo parlamentar e discutir vetos que deveriam constitucionalmente ser discutidos, disse Zarattini.

O parlamentar afirmou que a oposição não iria recorrer ao Supremo Tribunal Federal para impedir a votação da LDO. "Nós sabemos muito bem que a LDO é que permite a movimentação do Orçamento a partir de 1º de janeiro do ano que vem. E nós não faremos isso. Nós vamos discutir a LDO. Queremos debater a LDO, vamos fazer os nossos destaques e não vamos obstruir a votação da LDO", afirmou Zarattini.

Déficit

Além do déficit de R\$ 247,1 bilhões, a equipe econômica fixou em R\$ 3,97 bilhões o déficit das estatais federais para o próximo ano. Os estados e municípios deverão alcançar superávit de R\$ 200 milhões. Ao somar os resultados, ficou definida em R\$ 250,89 bilhões a meta de déficit primário para o setor público consolidado - Governo Central, estatais e entes locais - para o próximo ano.

O documento estima queda no déficit nos anos seguintes. No caso do Governo Central, o resultado negativo atingiria R\$ 178,93 bilhões em 2022 e R\$ 150,13 bilhões em 2023.

As novas metas foram elaboradas com base no crescimento de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) em 2021 e expansão de 2,5% em 2022 e 2023. O documento projeta inflação de 3,2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e dólar médio de R\$ 5,30 no próximo ano.

Salário mínimo

O novo texto apresentado pela equipe econômica estabelece que, em janeiro próximo, o salário mínimo passe dos atuais R\$ 1.045 para R\$ 1.088. Essa correção considera a estimativa da inflação acumulada neste ano conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 4,1%. (Agência Brasil)

Site: <https://www.aredacao.com.br/noticias/143823/deputados-aprovam-texto-base-da-ldo-para-2021>

Contas do primeiro ano da gestão Caiado são aprovadas pela Assembleia

O plenário da **Assembleia Legislativa de Goiás** aprovou, em sessão realizada na tarde de terça-feira (15), a prestação de contas do primeiro ano do governo Ronaldo Caiado (DEM) . O documento teve parecer favorável do deputado Thiago Albernaz (Solidariedade) e recebeu 22 votos em favor da aprovação.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pela secretária de Economia, Cristiane Schmidt, à Assembleia demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019. O superávit resulta da diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

As receitas orçamentárias do exercício daquele ano correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital. Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação .

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Deputados de oposição subiram ao plenário para fazer críticas ao projeto. Talles Barreto (PSDB) afirmou que o projeto deveria ser melhor analisado. "[Devemos] ter esclarecimento melhor das contas desse governo", apontou o parlamentar, que disse não ter conhecimento da recomendação do **TCE** e que não foi explicada.

O deputado Humberto Teófilo questionou também a forma como estava sendo votado o projeto e disse que não havia qualquer "ciência do relatório do Tribunal de Contas". "Gostaria de saber se todos os parlamentares sabem do inteiro teor desse relatório?", indagou.

Thiago Albernaz, por outro lado, explicou que a recomendação do **TCE** é que o repasse do duodécimo seja feito pelos poderes direto à previdência.

Site: <https://www.emaisgoias.com.br/contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado-sao-aprovadas-pela-assembly/>

Contas do primeiro ano da gestão Caiado são aprovadas pela Assembleia Legislativa

Governo supera dificuldades impostas pelo déficit de mais de R\$ 3 bilhões herdados da administração passada e fecha 2019 com superávit de R\$ 523 milhões

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <https://classnews.com.br/2020/12/16/contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado-sao-aprovadas-pela-assembly-legislativa/>

Deputados aprovam contas do primeiro ano da gestão Caiado

A **Assembleia Legislativa de Goiás** aprovou em sessão extraordinária nesta terça-feira, 15, a prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado (DEM).

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Relatório do **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Carla Santillo fez ainda uma recomendação para aprovação do relatório. Mas o parecer do deputado Thiago Albernaz (Solidariedade) acabou excluindo a recomendação.

"A instrução é para que, no repasse do duodécimo, os poderes repassem a parte da previdência direto à **Goiás** Previdência (Goiasprev). O que ela recomendou no relatório é que o pagamento da previdência dos poderes seja feito adiantado", explicou o deputado ao afirmar que o pedido para exclusão da recomendação foi feita pelo próprio presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), e pelo Procurador-Geral de Justiça, Aylton Vechi.

Dados das contas de 2019

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o

crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <http://verdevale103.com.br/noticia-1528098194-deputados-aprovam-contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado>

Goiás tem contas do primeiro ano aprovadas na Alego

Escrito por Redação

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento, explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em

2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <https://www.agora-to.com.br/goias/item/164165-goias-tem-contas-do-primeiro-ano-aprovadas-na-alego>

Contas de 2019 da gestão de Caiado são aprovadas na Assembleia Legislativa

A Redação

Goiânia - A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa. O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019.

Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento, explicou a titular da Economia, Cristiane Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado cumpriu os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Site: <https://www.aredacao.com.br/noticias/143809/contas-de-2019-da-gestao-de-caiado-sao-aprovadas-na-assembly-legislativa>

Contas do primeiro ano da gestão Caiado são aprovadas pela Assembleia Legislativa

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <https://www.dm.jor.br/cotidiano/2020/12/contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado-sao-aprovadas-pela-assembly-legislativa/>

Deputados aprovam contas do primeiro ano da gestão Caiado

Mayara Carvalho

A **Assembleia Legislativa de Goiás** aprovou em sessão extraordinária nesta terça-feira, 15, a prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado (DEM).

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Relatório do **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Carla Santillo fez ainda uma recomendação para aprovação do relatório. Mas o parecer do deputado Thiago Albernaz (Solidariedade) acabou excluindo a recomendação.

"A instrução é para que, no repasse do duodécimo, os poderes repassem a parte da previdência direto à **Goiás** Previdência (Goiasprev). O que ela recomendou no relatório é que o pagamento da previdência dos poderes seja feito adiantado", explicou o deputado ao afirmar que o pedido para exclusão da recomendação foi feita pelo próprio presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), e pelo Procurador-Geral de Justiça, Aylton Vechi.

Dados das contas de 2019

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/deputados-approvam-contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado-302088/>

Contas do primeiro ano da gestão Caiado são aprovadas pela Assembleia Legislativa

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa. O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento, explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Fonte: Secretaria de Economia

Site: <https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/noticias/124065-contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado-sao-aprovadas-pela-assembleia-legislativa.html>

Alego aprova contas do primeiro ano do governo Caiado

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa. O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior.

Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais. "Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em

2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <https://diariodegoias.com.br/alego-aprova-contas-do-primeiro-ano-do-governo-caiado/>

Contas do primeiro ano da gestão Caiado são aprovadas pela Assembleia Legislativa

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goias** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital. Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <http://www.jornalditoefeito.com.br/contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado-sao-aprovadas-pela-assembly-legislativa/>

Contas do primeiro ano da gestão Caiado são aprovadas pela Assembleia Legislativa

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento, explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Fonte: Secretaria de Economia

Site: <http://www.goias.gov.br/servico/84-gestao/123759-contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado-sao-aprovadas-pela-assembleia-legislativa.html>

16/12/2020-Goiás-Contas do governo são aprovadas pela Assembleia Legislativa

imprensaja

Governo supera dificuldades impostas pelo déficit de mais de R\$ 3 bilhões herdados da administração passada e fecha 2019 com superávit de R\$ 523 milhões

No balanço estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo. (Foto: **ALEGO**)

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24,54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Fonte: Secretaria de Economia

Site: <http://imprensaja.com.br/portal/16-12-2020-goias-contas-do-governo-sao-aprovadas-pela-assembly-legislativa/>

Contas do primeiro ano da gestão Caiado são aprovadas pela Assembleia Legislativa

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Fonte: Secretaria de Economia

Site: <http://www.capitaldoentorno.com.br/contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado-sao-aprovadas-pela-assembly-legislativa/>

Deputados aprovam contas do primeiro ano da gestão Caiado

Relatório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** foi aprovado com a exclusão da recomendação feita pela **conselheira Carla Santillo**. Placar foi de 22 votos favoráveis; oposição se absteve de votar

A **Assembleia Legislativa de Goiás** aprovou em sessão extraordinária nesta terça-feira, 15, a prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado (DEM).

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora **Carla Santillo** ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Carla Santillo fez ainda uma recomendação para aprovação do relatório. Mas o parecer do deputado Thiago Albernaz (Solidariedade) acabou excluindo a recomendação.

"A instrução é para que, no repasse do duodécimo, os poderes repassem a parte da previdência direto à **Goiás** Previdência (Goiasprev). O que ela recomendou no relatório é que o pagamento da previdência dos poderes seja feito adiantado", explicou o deputado ao afirmar que o pedido para exclusão da recomendação foi feita pelo próprio presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), e pelo Procurador-Geral de Justiça, Aylton Vechi.

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Fonte

Site: <https://portalnettoreis.com.br/2020/12/16/deputados-approvam-contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado/>

Deputados aprovam texto-base da LDO para 2021

Em sessão do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (16), por 444 votos a 10, o texto-base da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021. O texto estabelece como meta fiscal no próximo ano déficit primário de R\$ 247,1 bilhões. Neste momento, os deputados avaliam os destaques à proposta. Em seguida, a matéria segue para análise dos senadores.

Ontem (15), o governo federal modificou o texto, enviado ao Congresso em abril, para ampliar a meta do déficit, inicialmente prevista em R\$ 149,61 bilhões. A nova meta indica déficit de R\$ 247,1 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para 2021, sem considerar os juros da dívida pública.

O relator, senador Irajá (PSD-TO), destacou como prioridade o programa de habitação popular Casa Verde Amarela. O senador, que incluiu a prorrogação da desoneração da folha de pagamento em 2021, informou que os congressistas apresentaram 2.200 emendas ao projeto.

"Alcançamos a prioridade para 2021, ao lado da agenda para a primeira infância e do Programa Casa Verde e Amarela, recentemente aprovado pelo Legislativo, com atenção especial aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes", afirmou.

Irajá também incluiu um dispositivo no texto para dar mais rapidez na execução das emendas parlamentares impositivas no Orçamento da União. O texto reduz de 90 para 45 dias o prazo para o Executivo publicar os procedimentos e o cronograma de execução das emendas individuais.

"Além disso, seguindo o que determina a Constituição Federal, majoramos a reserva para atendimento de emendas de bancada impositivas para 1% das receitas correntes líquidas. Implementamos, a exemplo das emendas individuais impositivas, o dispositivo de transferência especial, conhecido como fundo a fundo, em que o recurso sai direto da União para a conta do município, que, por sua vez, precisa prestar contas ao **Tribunal de Contas do Estado** e ao Tribunal de Contas da União", explicou o senador.

Durante toda a votação, deputados de várias correntes criticaram a votação da LDO diretamente no plenário do Congresso. Pelo trâmite regimental, a LDO deveria ter sido analisada primeiro na Comissão Mista de Orçamento (CMO), formada por deputados e senadores, e aprovada em plenário até 17 de julho. No entanto, a comissão não foi instalada em razão da pandemia de covid-19 e de disputas políticas. O atraso na votação gerou a obstrução das atividades parlamentares por várias sessões na Câmara.

O deputado Marcelo Ramos (PL-AM) afirmou que a votação direta em plenário é inconstitucional e cobrou a instalação da CMO antes do recesso parlamentar para análise da Lei Orçamentária (LOA), que vai detalhar os gastos orçamentários.

"O mais grave não é que o Congresso Nacional excepcione a regra constitucional para trazer a matéria direto ao Plenário. O mais grave é que isso seja feito sem o compromisso de instalar a CMO. Nós vamos votar a LDO hoje sem nenhum compromisso de que nós teremos CMO para analisar a lei orçamentária a partir de fevereiro do ano que vem", acrescentou o deputado. "Nós vamos analisar 2 mil emendas diretamente em plenário. Isso é uma brincadeira. Nós estamos artificializando e abrindo mão do papel do Parlamento na elaboração das peças orçamentárias do país."

Para o líder do Novo, deputado Paulo Ganime (RJ), abre-se precedente a um questionamento constitucional, além de não se respeitar o prazo de três dias para análise do relatório. "Trata-se de um flagrante descumprimento da Constituição. Nem é uma questão regimental", afirmou Ganime. "A CMO não foi instalada por conta da pandemia, mas por uma briga de poder."

A deputada Soraya Santos (PL-RJ), que preside a sessão do Congresso, defendeu a votação ao afirmar que a LDO para 2021 não poderia deixar de ser votada. "Não podemos deixar de votar a LDO. Entendemos o registro da dificuldade de instalar a CMO, não só por questões de pandemia, como por disputa em outras comissões. Então, há dificuldade nesse sentido na CMO, assim como em outras comissões, neste ano excepcional que nós estamos vivendo. Nós vamos votar a LDO, pelo limite do prazo", argumentou.

Já o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) questionou a votação da LDO antes da apreciação de vetos presidenciais. Atualmente, há 22 vetos aguardando análise dos parlamentares. A Constituição prevê que, em sessões conjuntas do Congresso Nacional, a não deliberação de vetos presidenciais tranca a pauta. "O que houve aqui hoje foi um atropelamento da Oposição e da possibilidade de fazermos o jogo parlamentar e discutir vetos que deveriam constitucionalmente ser discutidos", disse Zarattini.

O parlamentar afirmou que a oposição não iria recorrer ao Supremo Tribunal Federal para impedir a votação da LDO. "Nós sabemos muito bem que a LDO é que permite a movimentação do Orçamento a partir de 1º de janeiro do ano que vem. E nós não faremos isso. Nós vamos discutir a LDO. Queremos debater a LDO, vamos fazer os nossos destaques e não vamos obstruir a votação da LDO", afirmou Zarattini.

Além do déficit de R\$ 247,1 bilhões, a equipe econômica fixou em R\$ 3,97 bilhões o déficit das estatais federais para o próximo ano. Os estados e municípios deverão alcançar superávit de R\$ 200 milhões. Ao somar os resultados, ficou definida em R\$ 250,89 bilhões a meta de déficit primário para o setor público consolidado - Governo Central, estatais e entes locais - para o próximo ano.

O documento estima queda no déficit nos anos seguintes. No caso do Governo Central, o resultado negativo atingiria R\$ 178,93 bilhões em 2022 e R\$ 150,13 bilhões em 2023.

As novas metas foram elaboradas com base no crescimento de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) em 2021 e expansão de 2,5% em 2022 e 2023. O documento projeta inflação de 3,2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e dólar médio de R\$ 5,30 no próximo ano.

O novo texto apresentado pela equipe econômica estabelece que, em janeiro próximo, o salário mínimo passe dos atuais R\$ 1.045 para R\$ 1.088. Essa correção considera a estimativa da inflação acumulada neste ano conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 4,1%.

Fonte dessa Notícia

Site: <https://portalnettoeis.com.br/2020/12/16/deputados-aprovam-texto-base-da-ldo-para-2021/>

Assembleia Legislativa aprova contas do primeiro ano do governo Caiado

Da Redação

Os deputados estaduais aprovaram nesta terça-feira (15), a prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado (DEM). O balanço geral do Estado de 2019, foi entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt. O balanço demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. O parecer técnico da relatora Carla Santillo apontou o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Informações da Secretaria de Economia

Site: <https://sagresonline.com.br/assembleia-legislativa-aprova-contas-do-primeiro-ano-do-governo-caiado/>

Assembleia aprova contas de Ronaldo Caiado

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na terça-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <http://tribunadoplanalto.com.br/2020/12/16/assembleia-aprova-contas-de-ronaldo-caiado/>

Contas do primeiro ano da gestão Caiado são aprovadas pela Assembleia Legislativa

Josiel Ferreira

Governo supera dificuldades impostas pelo déficit de mais de R\$ 3 bilhões herdados da administração passada e fecha 2019 com superávit de R\$ 523 milhões

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o

crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Secretaria de Economia - Governo de **Goiás**

Site: <https://www.tudooknoticias.com.br/noticias/politica/contas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado-sao-aprovadas-pela-assembly-legislativa/>

CONTAS APROVADAS do primeiro ano da gestão Caiado

Hércules Dias Rosa

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa. O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais. Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento, explicou Schmidt. No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo. Aprovação no **TCE** As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal. O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores. Gestão orçamentária O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão. Receitas As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital. Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões). Gestão patrimonial O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%). O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais. Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018. Gestão fiscal Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação. O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24,54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões. O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente. Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <http://www.herculesdias.com.br/editorias/politica/item/3397-contas-aprovadas-do-primeiro-ano-da-gestao-caiado>